
Universidade em Ruínas?

Ângela Massumi Katuta*

[...]a instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como um engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança na sua direção. (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 2001, p. 221)

RESUMO

No presente artigo procuramos refletir sobre a tão propalada crise da Universidade. Dessa maneira, fizemos um brevíssimo resgate histórico a fim de explicitar a lógica de sua existência, ou seja, procuramos evidenciar a quais classes sociais tal instituição tem tradicionalmente servido. Em seguida, discutimos algumas expressões do projeto conservador ou neoliberal que está tomando força no bojo da sociedade brasileira, com as quais nos deparamos cotidianamente na Universidade: constituição de Centros de Ensino de Excelência; possibilidade de ruptura entre ensino, pesquisa e extensão; formação docente nos Institutos Superiores de Educação; elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais em separado para bacharéis e licenciados; entre outros. Ao nosso ver, tais elementos nos permitem a elaboração dos questionamentos, que serão por nós discutidos:

- A instituição universitária está em crise? ou o que efetivamente está sendo colocado em xeque é um modelo de universidade pública e gratuita que se contrapõe, atualmente, às políticas de redução das ações de financiamento do Estado na área social?
- A privatização das instituições públicas de ensino superior brasileiras pode ser entendida como uma revanche elitista ao tímido e recente processo de “democratização” da Universidade pública e gratuita junto às classes trabalhadoras?

PALAVRAS-CHAVE: Universidade, crise, transformação, privatização universitária

A UNIVERSIDADE ONTEM E HOJE

A Universidade, desde as suas origens no século XII, sempre esteve atrelada a instituições e setores hegemônicos da sociedade. Segundo Trindade (2000), a sua “invenção” ocorreu em plena Idade Média na Europa, sob a proteção da Igreja romana, sendo que as Universidades de Bolonha (1108) e Paris (1211) foram as primeiras a serem criadas. O objetivo primordial da constituição dessa instituição foi, de início, formar uma elite aristocrática, por isso a formação que proporcionava era voltada para a área teológica jurídica, necessária aos grupos sociais que detinham o poder econômico e político na época. A partir do século XV, na Renascença,

até o XVI, segundo o referido autor, com o desaparecimento do Feudalismo, o controle progressivo das Universidades pelos poderes dos príncipes e posteriormente, de forma gradual, com a constituição dos Estados Nacionais, tais instituições são vinculadas ao poder do Estado. No século XVII, com o surgimento da denominada ciência moderna, principalmente a partir dos estudos de Galileu (1564-1642) e Newton (1642-1727), que inauguram uma nova cosmovisão (mecanicista), fundam-se as primeiras cátedras científicas e, portanto, é nesse período que ocorre a profissionalização dos que se dedicam a essa atividade. Forma-se, assim, o que muitos estudiosos denominam elite de mérito, que em grande parte era composta por membros das elites

* Professora de Prática de Ensino em Geografia da Universidade Estadual de Londrina-PR. UEL – Campus Universitário – Centro de Ciências Exatas - Departamento de Geociências. Caixa Postal 6001. CEP 86051-990, Londrina, PR. E-mail: akatuta@uol.com.br ou katuta@uel.br * Professora de Prática de Ensino em Geografia da Universidade Estadual de Londrina-PR. UEL – Campus Universitário – Centro de Ciências Exatas - Departamento de Geociências. Caixa Postal 6001. CEP 86051-990, Londrina, PR. E-mail: akatuta@uol.com.br ou katuta@uel.br

hegemônicas¹. Tal fato ocorre, segundo Pereira e Gioia (1999), em função das exigências de incremento da produção material, relacionadas ao surgimento e ascensão da burguesia. Verifica-se que, no final do período de transição do modo de produção feudal para o capitalista, já há uma demanda para a utilização das ciências para fins práticos, e neste momento também elas se inserem nas Universidades alterando o papel e estrutura dessas instituições.

Em razão de terem sua existência atrelada a cada Estado Nação, é também a partir do século XVII que ocorre a constituição de diferentes modelos de Universidade, que no entanto, segundo Trindade (2000), caminham em direção à nacionalização e estatização. Ciência, Universidade e Estado passam, portanto, a nutrir relações intrínsecas entre si, cuja lógica será determinada pelo modo de produção capitalista.

Podemos afirmar a partir do exposto que a Universidade, historicamente, desde a sua constituição, sempre esteve atrelada às elites políticas, econômicas e culturais, auxiliando, portanto, muito mais no processo de reprodução social do que no de transformação.

Segundo Ristoff (2000) apenas 10% dos alunos brasileiros cuja faixa etária situa-se entre 18 e 24 anos tem acesso ao ensino superior. Tal percentual revela um sistema de ensino altamente elitista, isso sem considerarmos que algumas instituições cobram mensalidades muitas vezes altíssimas, o que faz com que apenas aqueles que possuem condições de financiar sua própria educação acabem tendo acesso, possibilidade de permanência e conclua seus cursos.

Cunha (2000) afirma que 60% dos estudantes universitários brasileiros estão matriculados em instituições privadas. Essa taxa revela que o campo do ensino superior no Brasil possui a característica primordial de ser privatizado, além disso ocorre também a fragmentação institucional, ou seja, a maior parte dos alunos brasileiros tem acesso ao ensino superior privado em diferentes tipos de instituições (Universidades, Faculdades Isoladas, Institutos Superiores de Educação, entre outros).

A tão propalada “crise da universidade”, ao nosso ver, como tentaremos explicitar logo a seguir, no caso do Brasil, é muito mais a crise de um modelo de Universidade adotado pelas instituições públicas federais e estaduais, nas quais ensino, pesquisa e extensão gratuitos ainda se constituem na tríade a partir da qual as mesmas estabelecem formas de atuação cotidianas.

CRISE DA UNIVERSIDADE OU DE UM MODELO?

Segundo Chauí (2000), a atual Reforma do Estado Brasileiro², encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado, tanto nos setores ligados à produção econômica quanto no campo dos direitos sociais conquistados. No que se refere a esses últimos, podemos tomar como exemplo o processo de transformação da educação de direito em serviço, o que faz com que a Universidade seja concebida apenas como uma prestadora de serviços e, enquanto tal, instituição passível de ser avaliada apenas e tão somente pela lógica de sua produtividade, transformando a qualidade em sinônimo de quantidade. Nesse processo, que acaba orientando a constituição de relações produtivistas com o saber e, portanto, com a própria instituição de ensino, é avaliada a quantidade de produtos culturais produzidos, o tempo gasto para a sua produção, bem como os investimentos mobilizados (custos) na e para a produção. Nesse sentido, é inquestionável a forte presença da lógica do mercado nas instituições universitárias públicas, funcionando como elemento regulador do acesso e produção de produtos culturais.

O que a referida lógica coloca em xeque, ao nosso ver, é o atual modelo de universidade pública e gratuita que se constituiu em nosso país. Que esta instituição é altamente elitizada todos sabem, no entanto, ao invés de se propor a sua democratização, estão sendo viabilizados projetos que a estão tornando, parafraseando Bourdieu e Champagne (2001), cada vez mais parecida com o horizonte pois se torna mais distante à medida que dele se aproxima a classe trabalhadora. Para o referido autor as teses comumente denominadas de neoliberais tornaram-se lugares-comuns, pois são utilizadas por todos mas refletidas por poucos. Em outras palavras, utiliza-se de um conjunto de idéias/soluções, elaboradas para determinadas realidades e sociedades de forma aparentemente desistoricizada, sem analisá-las ou debatê-las amplamente. A esse processo Bourdieu e Wacquant (2001) irá denominar de imperialismo cultural. Segundo ele, é preciso entender as artimanhas da razão imperialista, caso queiramos construir saídas mais democráticas para o problema do acesso aos bens culturais³. Um outro processo que agrava tal situação é que o nosso lugar na divisão internacional do trabalho intelectual já está colocado, tanto que recebemos inúmeros empréstimos do Banco Mundial⁴ que visam, sobretudo, melhor colocar o Brasil no lugar que lhe cabe na atual ordem mundial⁵.

No que se refere especificamente à questão que estamos discutindo - Crise da Universidade brasileira, uma das artimanhas utilizadas pela razão imperialista, segundo Bourdieu e Wacquant (2001), trata-se de uma transformação simbólica visando à naturalização e incorporação dos esquemas de pensamento neoliberal,

cuja influência se faz sentir mais fortemente nos denominados, pelos liberais, países em desenvolvimento⁶. Tal transformação simbólica, aliada ao financiamento de projetos pelo Banco Mundial ao Brasil que, aparentemente, visam apenas corrigir taxas de escolaridade, principalmente do ensino fundamental e médio, em detrimento do superior, está produzindo, ao nosso ver, uma Universidade ainda mais elitizada do que essa que temos.

Um dos mecanismos utilizados para recrudescer mais ainda o processo de privatização do ensino superior, ou construção de outro modelo de Universidade, segundo Dias Sobrinho (2000) é a avaliação eficientista, que avalia apenas a correlação entre custos e rendimentos. Avalia-se tudo o que é mensurável, matematizável, portanto a qualidade é, perversamente reduzida, nessa lógica economicista, à quantidades: de alunos que entram e saem da instituição, de artigos, livros, pesquisas e outros “produtos” produzidos, orientações realizadas, custo do aluno, tempo médio para a conclusão dos cursos etc e etc[...] A partir dessa mensuração é possível proceder à classificação ou hierarquização das instituições e, portanto, à criação de centros de excelência e de carência, pois os recursos financeiros destinados ao custeio das universidades públicas podem passar a ser diretamente proporcionais às suas classificações. Nesse processo, os piores classificados serão obrigados a se empenharem individualmente na busca de recursos, que pode se dar pela cobrança de taxas das mais diferentes naturezas (para uso da biblioteca, dos equipamentos laboratoriais, para fazer pós-graduação, para ter acesso a cursos de graduação, para obter diplomas, entre outros). É importante salientar que a busca por recursos pode ocorrer de forma interna e externa. A primeira forma já elucidamos, quanto à segunda a mesma pode se materializar na perspectiva da prestação de serviços, indevidamente denominada hoje por alguns profissionais de atividades extensionistas.

Ristoff (2000) em seu artigo denominado “Privatização não faz escola”, indica que apenas 3 milhões dos mais de 14 milhões de universitários americanos estão matriculados em universidades privadas, além disso cita pesquisadores que afirmam que apesar do país ter experimentado experiências privatizantes está longe de entregar, ao contrário do Brasil, tão importante função à iniciativa privada. Até porque, segundo o mesmo autor, estudos recentes elaborados, principalmente, por economistas norte-americanos, demonstraram que há indícios cada vez mais evidentes de que investir em educação superior pública é sempre um grande negócio⁷. Apesar desses estudos, ao que parece, tanto o governo brasileiro quanto a sociedade e, portanto, a comunidade

universitária, parecem estar optando pela privatização. Entendemos que tal processo ocorre num duplo sentido, de fora para dentro e de dentro para fora. Ao contrário do que muitos alegam, existe um movimento externo à instituição universitária, que é orientado principalmente pelas políticas públicas de educação mundiais e regionais elaboradas sob a égide dos financiamentos e diretrizes de instituições financeiras mundiais, defensoras de projetos políticos pedagógicos que visam a hegemonia de uns sobre outros e, sobretudo, defendem a elitização do acesso e uso dos bens culturais. Por outro lado, verificamos um movimento interno à instituição de ensino superior pública favorável ao processo de sua privatização. Isso, ao nosso ver, ocorre quando nos submetemos à lógica economicista de avaliação universitária, quando valorizamos a quantidade em detrimento da qualidade, quando nos recusamos aos diferentes momentos de debates públicos, quando naturalizamos determinadas teses, utilizando-nos das mesmas sem refletir em suas implicações.

Bourdieu (1998) critica alguns intelectuais que denomina de omissos e colaboradores da ideologia neoliberal pois esses auxiliam a naturalização de algumas teses. Uma delas, que vem sendo reforçada, principalmente, no bojo da Universidade Pública brasileira, é a ideologia da competência que se apóia no que o autor denomina de uma espécie de “neodarwinismo social”. Tal ideologia adquire ares de cientificidade à medida que se realizam avaliações institucionais externas que procuram mensurar a produtividade acadêmica⁸, separando (política, econômica, cultural e geograficamente), portanto, os produtivos e competentes dos improdutivos e incompetentes, sem considerar as condições materiais de produção de conhecimentos, a função social dessa instituição e, o mais importante, sem ter como pressuposto o fato de que a qualidade deve ser considerada ao se avaliar a quantidade pois são pares dialéticos indissociáveis. Além disso, há que se evidenciar o fato de que essas últimas devem ser pensadas numa perspectiva relativa, ou seja, considerando as especificidades de cada realidade, sem se esquecer de sua importância social num país como o Brasil, onde as desigualdades sociais atingem índices alarmantes⁹.

Para o referido autor:

Há os winners (vencedores) e os losers (perdedores), há a nobreza, o que eu chamo de nobreza de Estado, isto é, essas pessoas que têm todas as propriedades de uma nobreza no sentido medieval do termo, e que devem sua autoridade à educação, ou melhor, segundo eles, à inteligência, concebida como um dom do céu, quando sabemos que na realidade ela é distribuída pela sociedade, fazendo com que as desigualdades

de inteligência sejam desigualdades sociais. A ideologia da competência convém muito bem para justificar uma oposição que se assemelha um pouco à dos senhores e dos escravos: de um lado, os cidadãos de primeira classe, que possuem capacidades e atividades muito raras e regiamente pagas, [...], e depois, do outro lado, uma massa de pessoas destinadas aos empregos precários ou ao desemprego. (BORDIEU, 1998, p. 58-59)

Tendo em vista o exposto, poderíamos afirmar que a tão propalada crise da Universidade pública brasileira trata-se menos de uma crise e mais de um processo de adequação de um serviço público e gratuito à lógica do mercado. Essa instituição não está desaparecendo, pelo contrário, está se tornando mais eficaz no exercício do papel que, segundo Bourdieu (2001), sempre teve, ou seja, o de conservação social, pois proporciona legitimidade às desigualdades sociais, ao sancionar a transmutação da herança cultural e do dom social em dom natural¹⁰. Apesar de entendermos que a Universidade possui uma autonomia relativa em relação ao mercado¹¹, olhamos com uma certa desconfiança as teses que defendem que a mesma está em crise, pois muitas delas partem do pressuposto de que tal instituição no Brasil atendia adequadamente às demandas sociais a ela colocadas. Para não elaborarmos entendimentos “românticos” acerca do ensino superior é preciso sempre nos lembrar de sua construção histórica e das classes sociais que a ele tradicionalmente tiveram acesso. Assim, poderemos verificar que a Universidade não passa por uma crise mas por uma adequação de modelo, visando melhor atender às demandas das classes hegemônicas. É claro que o processo não é linear, pois existiu e ainda existe uma série de intelectuais dentro das referidas instituições elaborando estratégias ou atuações para que ocorra a sua democratização, no entanto tais atores sociais constituem minorias que estão procurando realizar debates sobre a necessidade da construção de uma Universidade efetivamente democrática.

PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E REVANCHISMO ELITISTA: O CASO DOS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL

Muitos pesquisadores, ao estudarem a formação docente no Brasil, dentre eles Franchi (1998), defendem a idéia de que, depois da década de 1960, em função de uma série de acontecimentos, o professor que atua no ensino básico passou a ser cada vez mais proveniente das classes trabalhadoras. Tal processo foi também expressão da democratização quantitativa da escola, ou seja, proporcionou-se a partir da referida década o acesso à instituição escolar a uma boa parte das classes

populares. No entanto, apesar dessa equidade formal, como existiam e existem desigualdades¹² que não foram e não são consideradas no processo, a escola acaba, em função de naturalizá-las, legitimando e perpetuando as desiguais condições de acesso aos diferentes bens culturais. Por isso, atualmente, são comuns as críticas à competência profissional docente que faz vista grossa ao fato de que o professor de hoje não é o mesmo sujeito social que preenchia o mesmo cargo até a década de 1960 no Brasil. É preciso esclarecer que considerar tal fato não significa que se deva estabelecer uma relação paternalista com o profissional, pelo contrário, é tendo o mesmo como pressuposto que poderemos pensar numa formação adequada para a democratização do ensino nos seus diferentes níveis.

Tendo em vista a atual conjuntura de desvalorização social e econômica da profissão docente¹³, podemos afirmar que nenhum curso superior, no Brasil, possui mais alunos da classe trabalhadora do que os de licenciatura e aqueles de formação de docentes para o ensino básico.

Não obstante, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 acabou dando margem para a constituição de um revanchismo elitista, à medida que no TÍTULO VI, que versa sobre os profissionais da educação, possibilita a realização da formação docente dissociada do ato da pesquisa. Em outras palavras, a referida Lei torna possível a formação dos futuros professores, egressos das classes trabalhadoras, em instituições nas quais não se realize a pesquisa. Ao nosso ver, tal fato traz gravíssimas implicações na qualidade da formação profissional docente pois a pesquisa, segundo vários estudos e reflexões realizados por diferentes autores¹⁴, é uma atividade de suma importância na constituição de sua autonomia intelectual e profissional.

Outro ponto importante a ser considerado é o processo de elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Superior (DCN's). Tais diretrizes foram elaboradas por equipes distintas de especialistas. Uma parte da equipe elaborou as DCN's dos cursos superiores e outra as DCN's dos cursos de formação docentes. Ou seja, no caso, por exemplo, da formação em geografia, temos duas diretrizes: uma para o bacharelado e outra para a licenciatura. Tendo em vista a possibilidade de constituição dos Institutos Superiores de Educação, nos quais poderá ocorrer apenas a formação docente, sem a necessária relação com a dimensão da pesquisa, podemos afirmar que a docência foi separada da pesquisa, o que, por sua vez, pode significar a diminuição da possibilidade do docente construir sua autonomia intelectual.

Tendo em vista o exposto, e em função do processo de privatização da Universidade no Brasil, podemos afirmar que se trata de uma revanche elitista que priva a classe trabalhadora do acesso a bens culturais que essa instituição poderia lhe proporcionar. Para além dos ajustes de taxas da educação básica que têm sido feitos, é preciso nos questionar se todas as classes sociais terão o direito e acesso a uma Universidade Pública de qualidade e, não só mas também, um ensino básico de qualidade. Entendemos que é, dentre outros elementos, a partir do acesso de todos aos bens culturais e científicos produzidos pela humanidade que a sociedade pode se democratizar, pois possibilita a constituição da cidadania ativa, elemento primordial nos movimentos sociais que visam reforçar o processo de democratização social.

Entendemos que estamos passando por um momento e processo *sui generis*, no qual cabe à sociedade em geral e, especificamente, à comunidade universitária, compreender o processo pelo qual está passando a Universidade para, em seguida, elaborar estratégias de ação visando a criação de um outro modelo de instituição menos elitizada. Por isso, concordamos com Santos (2000, p. 33) quando este afirma que:

As ações e subjectividades são tanto produtos como produtores dos processos sociais. As determinações consolidam-se na medida em que dominam subjectividades orientadas para identificar limites e se conformarem com eles, quer porque os acha naturais, quer porque os acham inultrapassáveis. Pelo contrário, as determinações desestabilizam-se na medida em que predominam subjectividades orientadas para identificar possibilidades e as ampliam para além do que é possível sem esforço.

Tendo em vista o exposto, podemos afirmar que existe, efetivamente, a possibilidade de desestabilização do modelo de Universidade que está sendo gestado no seu próprio bojo, apesar das determinações impostas pelas organizações internacionais, pelo atual governo, e pelos acadêmicos apologeticos¹⁵. Por isso é importante que se amplie o debate dentro e fora da Universidade em torno de várias questões, dentre elas: qual é o papel e importância de se investir, simbólica e financeiramente, na produção do conhecimento científico no mundo atual? E, nesta direção, quais poderiam ser os papéis da Universidade na atual sociedade brasileira?

Entendemos que o processo de construção coletiva de respostas, através de debates públicos, às questões colocadas, seria uma das vias para a desestabilização de um modelo universitário elitista que vigora desde as suas origens até hoje. Repensar e,

portanto, redesenhar uma instituição, no entanto, significa, por outro lado, redefinir, reconstruir e reconstituir nossa própria subjetividade e, por conseguinte, nossos entendimentos e ações do e no mundo, dado que é através dela e com ela que travamos nossas relações com os demais atores sociais dentro da referida instituição.

NOTAS

¹⁶ O mérito é concedido mediante expedição do diploma que, segundo Bourdieu e Boltanski (2001), garante uma competência de direito que pode ou não corresponder a uma competência de fato.

² Pressuposto ideológico básico, empregado pelo atual governo, de acordo com Chauí (2000): o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república. Por isso os direitos sociais (saúde, educação, cultura), conquistados no bojo do Estado capitalista pelos diferentes movimentos sociais, são considerados como serviços, cujo acesso torna-se definido pelo mercado.

³ Inclua-se no rol de bens culturais os saberes proporcionados pelas escolas nos diferentes níveis de ensino.

⁴ O Banco Mundial é composto por inúmeras instituições internacionais a saber: BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), IFC (Corporação Financeira Internacional), ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos), MIGA (Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais), GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente). Fonte: Soares (1998).

⁵ De acordo com Soares (1998), o percentual de empréstimos do Banco Mundial destinados à educação brasileira de 1987 a 1990 foi da ordem de 2%, já no período de 1991 a 1994 esse percentual foi de 29%. Observa-se, portanto, um crescimento significativo dos empréstimos da referida instituição ao Brasil em menos de 10 anos. O que significa, ao nosso ver, a viabilização do Projeto Político Pedagógico da referida instituição para a América Latina.

⁶ Segundo o referido autor, está ocorrendo a remodelagem das relações sociais e das práticas culturais das sociedades de acordo com um padrão ditado pelos norte-americanos. Esse se baseia na pauperização do Estado frente aos direitos sociais, mercantilização dos bens públicos, generalização da insegurança social. Tais efeitos são aceitos com resignação ou com entusiasmo subserviente, como se fossem os desfechos obrigatórios das evoluções nacionais.

⁷ Um estudo, feito em 1993, mostrou o impacto do

sistema multicampi da Califórnia State University para o Estado da Califórnia, que terá uma receita tributária de aproximadamente dois dólares por cada dólar investido.

⁸ A Universidade Moderna surge sob a égide da mensuração (quantificação) que, segundo Crosby (1999), mudou o padrão de pensamento ocidental. Os europeus ocidentais passaram a produzir conhecimentos quantitativos que, por sua vez, deram grande impulso ao desenvolvimento de inovações tecnológicas propiciando meios para que a Europa conquistasse boa parte do mundo. Portanto não foi mera coincidência o fato do ideal de cientificidade do Século XVI e XVII estar baseado na dimensão quantitativa, dado que essa é “visível”, operacionalizável e demonstrável. A obediência a tais requisitos tradicionalmente na Universidade conferia e ainda confere, para grande parte da comunidade acadêmico- científica, cientificidade a determinada produção cultural ou conhecimento.

⁹ Segundo o relatório do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) divulgado oficialmente no dia 10 de julho, e comentado pelo jornal *Folha de São Paulo* do dia 11 do mesmo mês (PARAGUASSÚ, 2001), o Brasil está em 4º lugar em pior distribuição de renda, numa lista de 162 países, atrás apenas de Suazilândia, Nicarágua e África do Sul. Esse relatório usa dados do Banco Mundial e mostra ainda que os 10% mais pobres da população brasileira têm acesso a apenas 1% da renda do país e os 10% mais ricos têm acesso a 46,7%. De acordo com um estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Marcelo Neri e divulgado pelo mesmo jornal no dia 10 de julho de 2001 (GÓIS e ESCÁSSIA, 2001), o Brasil tem hoje 50 milhões de pessoas (29,3% da população) em situação de indigência. Para o coordenador da pesquisa, indigentes são pessoas com renda mensal inferior a R\$80,00, valor necessário, de acordo com os preços em São Paulo, para garantir a ingestão mínima de alimentos recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Já o governo federal considera como indigentes apenas aquelas pessoas que recebem menos de um terço de salário mínimo.

¹⁰ Nesse sentido, o processo de privatização do ensino superior acaba reforçando tal legitimação pois apenas terão acesso ao mesmo pessoas que possuem renda para pagar as mensalidades bem como cobrir outros gastos decorrentes da realização de algum curso. Em outras palavras, o referido processo encobre as desigualdades sociais, econômicas e culturais a que estão sujeitos os estudantes das classes trabalhadoras, ao naturalizar a idéia de que para se ter acesso ao ensino superior é preciso, apenas, ter inteligência, como se essa

dependesse de um dom natural e não fosse social, cultural e economicamente construída.

¹¹ Tal fato pode ser verificado na relação, em geral defasada, entre o diploma e o cargo. Esse último é criado pelo mercado e, por isso, sua criação e desaparecimento são mais dinâmicos. Por outro lado, o sistema de ensino é, nas sociedades denominadas modernas, o principal produtor das capacidades técnicas dos trabalhadores e dos diplomas de que são portadores, no entanto possui uma dinâmica própria, por isso é menos dinâmico que o mercado. É claro que, muitas vezes, podemos observar que esse último pode fazer “ajustes” adequando ou criando sistemas paralelos, com o objetivo de atender às demandas do setor produtivo. Sobre esse assunto ver Bourdieu e Boltanski (2001).

¹² Dentre elas podemos citar as desigualdades sociais, econômicas e culturais que proporcionam o acesso e a construção diferenciada de capital cultural. Esse, apesar de não ser considerado, na maior parte das vezes, pela instituição escolar, influencia diretamente no processo de ensino e aprendizagem, nas ações sociais dos diferentes sujeitos na sua relação com o saber e a cultura de uma sociedade.

¹³ Para Bourdieu (1998, p. 11): “O desprezo por uma profissão se traduz primeiro na remuneração mais ou menos irrisória que lhe é atribuída”.

¹⁴ Dentre eles ver: Demo, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*; Demo, P. *Educar pela pesquisa*; Fazenda, I. *A pesquisa como instrumentalização da prática pedagógica*; Fazenda, I. (org.). *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*; Leite, D. B. C. e Morosini, M. (orgs.). *Universidade futurante: produção do ensino e inovação*; Lüdke, M. *A pesquisa na formação do professor*; Oliveira, M. R. N. S. (org.). *Didática: ruptura, compromisso e pesquisa*; Perrenoud, P. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas*.

¹⁸ Inclua-se, nesta categoria, professores e alunos que, conscientemente ou não, fazem apologia e/ou reforçam e divulgam o modelo vigente de Universidade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a visão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 151p.
- _____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Nogueira, M. A. e Catani, A. *Escritos de Educação*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-64.

- _____. e BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: Nogueira, M. A. e Catani, A. *Escritos de Educação*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 127-144.
- _____. e CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: Nogueira, M. A. e Catani, A. *Escritos de Educação*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 217-227.
- _____. e WACQUANT, L. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: Nogueira, M. A. e Catani, A. *Escritos de Educação*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001d. p. 17-32.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). *Diário Oficial*, Brasília, Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nl. 248, 23/12/96, p. 27833-27841.
- CHAUÍ, M. A Universidade em ruínas. In: Trindade, H. (org.). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211-222.
- CROSBY, A. W. *A Mensuração da Realidade: a quantificação e a sociedade ocidental – 1250-1600*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 229p.
- CUNHA, L. A. O público e o privado na educação superior brasileira. In: Trindade, H. (org.). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 39-56.
- DEMO, P. *Educar pela Pesquisa*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1997.
- _____. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e privatização do ensino superior. In: Trindade, H. (org.). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 61-72.
- FAZENDA, I. A pesquisa como instrumentalização da prática pedagógica. In: _____. (org.). *Novos Enfoques da Pesquisa Educacional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992. p. 77-84.
- _____. (org.). *A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1992. 159p.
- FRANCHI, E. P. *A Causa dos Professores*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1998.
- GÓIS, A., ESCÓSSIA, F. da. País tem 50 milhões de indigentes, diz FGV. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 Jul. 2001. Qualidade de Vida, p. 12.
- LEITE, D. B. C., MOROSINI, M. (orgs.). *Universidade Futurante: produção do ensino e inovação*. Campinas: Papyrus, 1997. 200p.
- LÜDKE, M. A pesquisa na formação do professor. In: FAZENDA, I. (org.). *Novos Enfoques da Pesquisa Educacional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992. p. 111-120.
- OLIVEIRA, M. R. N. S. (org.). *Didática: ruptura, compromisso e pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1993. 141p.
- PARAGUASSÚ, L. Brasil tem a 4ª pior distribuição de renda do mundo, diz relatório. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 Jul. 2001. Folha Mundo, p. 7.
- PEREIRA, M. E. M. e GIOIA, S. C. Do Feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, M. A. P. A. e outros. *Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica*. 8.ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1999. p. 163-178.
- PERRENOUD, P. *Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação: perspectivas sociológicas*. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- RISTOFF, D. I. Privatização não faz escola. In: Trindade, H. (org.). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 57-60.
- _____. A tríplice crise da universidade brasileira. In: Trindade, H. (org.). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 201-210.
- SANTOS, B. de S. *Para um Novo Senso Comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000. V. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 415p.
- SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: De Tommasi, L.; Warde, M. J.; Hadad, S. (orgs.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 15-40.
- TRINDADE, H. Universidade, Ciência, Estado. In: _____. (org.). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 9-23.

IS THE UNIVERSITY IN RUINS?

ABSTRACT

In the present article, we search to reflect about the so propelled crisis of University. Thus, we did a very brief historical ransom with the purpose of explicit the logic of its existence, or in the other words, we search to evince in which social classes such institution have traditionally served. Afterwards, we discuss some expressions of the conservative or *neoliberal* project that is growing in the bulge of Brazilian society, with the which ones we daily have crossed at University: constitution of Centers of Teaching of Excellence; possibility of rupture among teaching, research and extension; teaching education in Superior Institutes of Education; elaboration of National Orientations of the Curriculum (Diretrizes Curriculares Nacionais) apart to bachelors and licenseds, among others. In our opinion, such elements allow us the elaboration of conjectures that will be discussed:

- Is the academic institution in crisis? or what is effectively put on in check, is a pattern of free public university that, contrapose itself, nowadays, to the politics of reduction of actions of financing of the State in social area?
- The privatization of public institution of Brazilian superior teaching, could be understanding how an elitist revenge in face of the bashful and recent process of democratization of the free public university together to working classes?

KEY-WORDS: University, crisis, transformation, university privatization